



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 658/11

Declara de Utilidade Pública a
Associação Beneficente Reviver,
com sede e foro no Município de
Cascavel.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Reviver, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 111/12

Declara de Utilidade Pública a
Associação dos Produtores de Leite
de Santa Salete, com sede e foro no
Município de Manoel Ribas.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
dos Produtores de Leite de Santa Salete, com sede e foro no
Município de Manoel Ribas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 251/12

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Expo Sales", realizada na última semana do mês de abril, no Município de Moreira Sales.

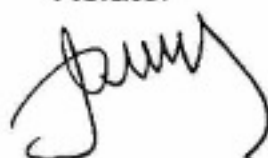
Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Expo Sales", realizada anualmente na última semana do mês de abril, no Município de Moreira Sales.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 264/12

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Presbiteriano", a ser celebrado anualmente no terceiro domingo do mês de julho.

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Presbiteriano", a ser celebrado anualmente no terceiro domingo do mês de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 498/12

Denomina Rodovia *Dom Agostinho Sartori* a estrada que liga o Município de Coronel Domingos Soares à PR-449, numa extensão de 27,3 km.

Art. 1º Fica denominada Rodovia *Dom Agostinho Sartori* a estrada que liga o Município de Coronel Domingos Soares à PR-449, numa extensão de 27,3 km.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 129 DE 2012

Em, 28 MAR 2012

1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição de diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a instituição de diretrizes básicas para a consolidação do turismo religioso no Estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por turismo religioso a modalidade de turismo que tem a motivação religiosa como razão principal do respectivo deslocamento.

Art. 3º - O Poder Público atuará na consolidação do Turismo Religioso como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico paranaense, devendo orientar-se, especialmente, pelas seguintes diretrizes:

I - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto dos turistas, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico religioso;

II - aplicação de investimentos em:

a) implantação de infra-estrutura básica nas localidades turísticas;

b) construção e conservação das rodovias estaduais que interligam os centros turísticos;

c) construção e conservação de terminais rodoviários e aeroportos estaduais;

d) transporte intermunicipal interligando as localidades turísticas;

e) implantação de sinalização turística de caráter informativo, educativo e, quando necessário, restritivo, utilizando linguagem visual padronizada nacionalmente, observados os indicadores de sinalização turística utilizados pela Organização Mundial de Turismo;

f) preservação, conservação e restauração de santuários, igrejas e monumentos religiosos que integrem o patrimônio cultural de interesse turístico;

III - orientação das ações da iniciativa privada e promoção de sua integração como agente complementar de financiamento em infra-estrutura e serviços necessários ao desenvolvimento turístico religioso;

IV - promoção do turismo religioso em todos os tipos de mídia, visando inserir o Estado do Paraná nos roteiros turísticos nacionais e internacionais;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



- V – disponibilização de informações sobre a demanda de oferta turística;
- VI – promoção de cursos, seminários e encontros voltados para a discussão e aperfeiçoamento das ações turísticas de interesse do Estado;
- VII – estímulo à criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos religiosos;
- VIII – preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística religiosa;
- IX – implementação do inventário do patrimônio turístico religioso paranaense, atualizando-o regularmente;
- X – estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos;
- XI – implemento da produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no Estado, integrando as universidades e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico paranaense;
- XII – proteção do meio ambiente e da biodiversidade, e atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística religiosa;
- XIII – informação à sociedade e ao cidadão sobre a importância econômica e social do turismo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012.



ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como objetivo instituir diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná, que caracteriza-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.

O segmento é, ao lado do turismo cívico, do turismo étnico e do turismo místico e esotérico, um dos nichos do turismo cultural no Brasil. Anualmente, no país, são realizadas 8,1 milhões de viagens domésticas com finalidade religiosa. Além disso, o país recebe ao ano 25 mil turistas estrangeiros movidos pela fé.


As ações na área do turismo são bastante diversificadas e todas podem tornar o Estado mais conhecido e desenvolvido. Alguns já contam com destinos consolidados no segmento de Turismo Religioso, que é considerado uma das maiores festas religiosas do mundo.

Nossa intenção é implementar, em torno deste tipo de visitação a diversas cidades, ações que contribuam com o crescimento econômico de cada localidade que promova o Turismo Religioso, bem como, gerar empregos, promover investimento na implantação de infra-estrutura nas regiões, melhorar a conservação das rodovias estaduais que interligam esses centros turísticos, construir e conservar terminais rodoviários e aeroportos e transporte intermunicipal.

Este projeto trará ainda mais crescimento para nosso Estado, ao sugerir uma série de investimentos nas regiões que promovem o Turismo Religioso, especialmente no interior paranaense. Como temos festividades, datas e feriados religiosos, marchas, e diversos eventos com objetivos meramente religiosos, precisamos pensar em beneficiar a população local com geração de empregos e com investimentos nestas cidades.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 129/12

Projeto de Lei nº **129/12**

Autor: Deputado Antonio Anibelli Neto

Súmula: Dispõe sobre a Instituição de Diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O TURISMO RELIGIOSO NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTS. 2º, VI, VII E IX, 4º, IV DA LEI 15.973/2008. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, visa dispor sobre a Instituição de Diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério

¹

DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

O presente projeto de lei foi encaminhado a Secretaria Estadual de Turismo, e esse através de seu Procurador manifestou-se sobre o mesmo, aduzindo que é favorável ao objeto do Projeto de Lei, tendo em vista que o mesmo poderá fomentar o desenvolvimento do Turismo Religioso de forma que este venha a respeitar e promover a cultura e o entendimento da inte-religiosidade, preservando os marcos religiosos do Estado do Paraná. Apresentou ainda, algumas considerações e sugestões que foram prontamente acatadas pelo autor do Projeto como vê adiante.

Assevera ainda, que o presente projeto proporrá aspectos fundamentais para o ordenamento do segmento Turismo Religioso, sendo um importante instrumento para incremento do Turismo no Paraná, citando a Lei 15.973/08, que prevê:

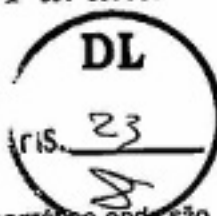
Art. 2º. Para fins de cumprimento do estabelecido na Política de Turismo do Estado do Paraná, devem ser observados os seguintes conceitos:

VI - Oferta Turística é o conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social, ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar num determinado local, durante um período determinado de tempo, um público visitante.

VII - Atividades Turísticas são aquelas ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção turística, eventos, recreação e entretenimento, entre outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IX - Destino Turístico é o lugar ou espaço geográfico onde são ofertados os produtos turísticos que são consumidos por uma demanda efetiva. São também conhecidos como "núcleos receptores".

Art. 4º. A Política de Turismo do Paraná orienta-se pelos seguintes princípios:

IV - parcerias - promovendo articulação e gestão coordenada, envolvendo os três setores: público, privado e solidário (representado pela sociedade civil organizada), estabelecendo um processo de sinergia para alcançar objetivos comuns.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

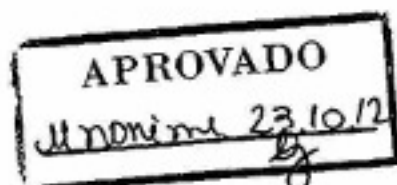
CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA** em anexo.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 129/12

SÚMULA: Dispõe sobre a Instituição de diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §2º e 141, II do Regimento Interno dessa Casa de Leis e com objetivo de incluir no Projeto de Lei nº 129/12 algumas alterações de ordem técnica sugeridas em Parecer da Secretaria de Estado do Turismo, fica alterada a redação do presente Projeto, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a instituição de diretrizes básicas para a consolidação do turismo religioso no Estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, o Turismo Religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.

Art. 3º - O Poder Público, a iniciativa privada, as instituições de ensino e as entidades do terceiro setor atuarão na consolidação do Turismo Religioso como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico paranaense, devendo orientar-se, especialmente, pelas seguintes diretrizes:

I - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto dos turistas, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico religioso;

II - aplicação de investimentos em:

- a) implantação de infra-estrutura básica nas localidades turísticas;
- b) construção e conservação das rodovias estaduais que interligam os centros turísticos;
- c) construção e conservação de terminais rodoviários e aeroportos estaduais;
- d) transporte intermunicipal interligando as localidades turísticas;
- e) implantação de sinalização turística de caráter informativo, educativo e, quando necessário, restritivo, utilizando linguagem visual padronizada nacionalmente, observados os padrões de sinalização turísticas adotados no Guia Brasileiro de Sinalização Turística do Ministério do Turismo;

f) preservação, conservação e restauração de santuários, igrejas e monumentos religiosos que integrem o patrimônio cultural de interesse turístico;

III - orientação das ações da iniciativa privada e promoção de sua integração como agente complementar de financiamento em infra-estrutura e serviços necessários ao desenvolvimento turístico religioso;

IV - promoção do turismo religioso em todos os tipos de mídia, visando inserir o Estado do Paraná nos roteiros turísticos nacionais e internacionais;

V - disponibilizar informações sobre a oferta turística e sobre a demanda do Turismo Religioso;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI – promoção de cursos, seminários e encontros voltados para a discussão e aperfeiçoamento das ações turísticas de interesse do Estado;

VII – estímulo à criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos religiosos;

VIII – preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística religiosa;

IX – implementação do inventário do patrimônio turístico religioso paranaense, atualizando-o regularmente;

X – estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos;

XI – implemento da produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no Estado, integrando as universidades e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico paranaense;

XII – proteção do meio ambiente e da biodiversidade, e atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística religiosa;

XIII – informação à sociedade e ao cidadão sobre a importância econômica e social do turismo;

XIV – as estratégias e ações para o desenvolvimento do Turismo Religioso nos Municípios ou regiões turísticas deverão ser definidas em planos elaborados de forma participativa e geridas por um grupo com representantes do Poder Público, iniciativa privada, entidades do terceiro setor, instituições de ensino, representações religiosas e demais interessados;

XV – os projetos e ações em prol do turismo religioso deverão, preferencialmente, seguir as orientações da Comissão de Desenvolvimento do Turismo Religioso do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
unanimemente 23.10.12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 129/2012

Projeto de Lei nº. 129/2012

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Dispõe sobre a instituição de diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, tem por objetivo instituir diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná, modalidade de turismo que tem a motivação religiosa como razão principal do seu respectivo deslocamento, através da constituição de preceitos a serem seguidas na sua consolidação.

Obteve parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral na Comissão de Constituição e Justiça. Tal emenda veio no sentido de acatar as recomendações feitas pelo Secretário de Estado do Turismo, adequando o Projeto a alguns conceitos pertinentes ao tema e incluindo alguns dispositivos que ampliam as diretrizes para sua consolidação e sua área de abrangência. Vencida a análise legal e constitucional, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta

No que se refere ao objeto de análise desta comissão, constatamos que o Projeto visa estabelecer mecanismos para promover uma forma de turismo em nosso Estado, fomentando a atividade e incentivando medidas que nos tragam um numero de turistas cada vez maior.

O Brasil recebe, anualmente, 25 mil turistas estrangeiros movidos pela fé, além do trânsito de cerca de 8,1 milhões de viajantes brasileiros que praticam tal forma de turismo.

A intenção do presente Projeto é explorar o Turismo Religioso, implementando ações que contribuam com o crescimento



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



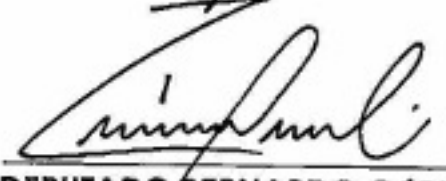
econômico de cada localidade que promova tal forma de turismo, trazendo com isso a geração de empregos, investimento na implantação de infraestrutura nos polos turísticos, melhora da conservação das rodovias estaduais que interligam esses centros e construção e conservação de terminais rodoviários e aeroportos de transporte intermunicipal.

São medidas que buscam trazer um número cada vez maior de turistas ao nosso Estado e, por consequência, fomentar a economia dos destinos com potencial turístico na área, contribuindo assim para o crescimento de nosso Estado.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do presente Projeto, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO ADEMIR BIER
Presidente (em exercício)


DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator